

Solução para a estabilidade

ANC P.2

Finalmente o Congresso constituinte superou o impasse político gerado pela proposta de estabilidade no emprego. Não apenas a votação da futura Carta deve adquirir agora um ritmo mais acelerado e eficaz, já que se tratava de uma das questões mais polêmicas em debate, como também se alcançou um texto satisfatório e tranquilizador para o país.

Só mesmo a demagogia e o irrealismo poderiam levar adiante a idéia da estabilidade, tal como foi propugnada nas várias etapas dos trabalhos constituintes. É um princípio que privilegia a inefficiência, conferindo um tratamento idêntico aos bons e aos maus empregados, inviabiliza a modernização industrial, pois transforma a mão-de-obra num acervo praticamente imobilizado, e desestimula o investimento nas empresas. Esqueceu-se que se obtém a garantia de emprego pelo crescimento econômico, não por uma simples previsão formal.

De qualquer modo, o artigo aprovado pelos constituintes não adotou os apelos irresponsáveis e demagógicos que uma parcela de sindicalistas reivindica

—curiosamente tolerante com incontáveis favores do paternalismo. Resultado de um árduo entendimento político, livre de aventuras, imprecisões ou falsas promessas, o texto definitivo protege a "relação de emprego contra a despedida sem justa causa, transferindo para a lei complementar a tarefa de estabelecer, entre outros direitos, uma indenização compensatória. Foi a solução possível para um obstáculo de difícil transposição, mas fica ainda a expectativa de que o Congresso Nacional regulamente a matéria no futuro de forma adequada e realista, sem excessos ou despropósitos.

Lamentável no episódio de votação foi a promessa posterior de Jair Meneguelli, presidente da CUT, de incluir o nome do senador Mário Covas (PMDB-SP), um dos articuladores do acordo que possibilitou a aprovação do texto, na nova edição do cartaz que ridiculamente atribui a alguns parlamentares o perfil de "traidor do povo". É mais uma evidência de que o despreparo pessoal e o desrespeito às mínimas regras da convivência democrática ainda encontram espaço para prevalecer no sindicalismo brasileiro.